

O MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA (MOC) E A CONSTRUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NO TERRITÓRIO DO SISAL¹.

Maria Aparecida Brito Oliveira²
Agripino Souza Coelho Neto³

Resumo: *Este trabalho se propõe a analisar a atuação Movimento de Organização Comunitária (MOC) e do seu Programa de Fortalecimento da Sociedade Civil na construção da participação política no Território do Sisal. Desta forma, pretende-se contribuir para compreensão do fenômeno espacial e político que se tem se conformado nesse recorte do semi-árido baiano, sobretudo, a partir do final da década de 1980, com proliferação de organizações da sociedade civil e sua atuação crescente na busca de arranjos organizativos produtivos e na intervenção nas políticas públicas, manifestando um processo de mobilização e ativismo político, com reflexos diretos na estruturação do território do Sisal, no âmbito das políticas territoriais do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, bem como a importância da formação política dos agentes territoriais para o uso racional dos recursos naturais e a conscientização da sociedade civil para intervenção nas temáticas de interesse da coletividade, em especial, as questões sócio-ambientais tão debatidas na atualidade. Busca-se a partir deste artigo analisar a relevância do MOC e do Programa de Fortalecimento da Sociedade Civil, na formação cidadã e na construção de estruturas horizontalizadas incorporando como princípio a sustentabilidade do meio.*

Palavras-chaves: Participação política; Movimento de organização comunitária; Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

O agravamento dos problemas ambientais (GONÇALVES, 2002), o crescimento econômico acelerado e o modelo de desenvolvimento econômico calcado na exploração inconsciente dos recursos têm provocado o debate sobre a temática do desenvolvimento sustentável. Diante desta realidade muitos grupos, movimentos, entidades e organizações têm concentrado esforços para buscar minimizar os efeitos desastrosos da exploração irresponsável e garantir à sobrevivência do meio ambiente aliado a qualidade de vida da população. Nesta perspectiva o Movimento de Organização Comunitária (MOC), através de seus programas de ação, revela-se como uma entidade significativa para identificação, criação e implementação de alternativas propositivas que visam promover o desenvolvimento local/regional de forma a assegurar o uso sustentável e racional dos recursos naturais no semi-árido baiano. Este artigo, portanto, busca analisar a relevância da atuação do MOC na perspectiva do desenvolvimento sustentável, mais especificamente, no Território do Sisal e a contribuição do Programa de Fortalecimento da Sociedade Civil desenvolvido pelo MOC. Pretende-se demonstrar como o fortalecimento da sociedade, a formação política e a atuação organizada são indispensáveis para transformação social e promoção do desenvolvimento regional, partindo do princípio que para o

¹ Artigo elaborado a partir do projeto de pesquisa de iniciação científica desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa Território, Cultura e Movimentos Sociais e financiada pela FAPESB.

² Graduanda em Geografia da UNEB/Campus XI, bolsista de Iniciação Científica da FAPESB. Email: cida_geografia@hotmail.com. Autora .

³ Mestre em Geografia pela UFBA, professor da UNEB/Campus XI. Email: agscneto@uneb.br. Co-autor.

alcance deste desenvolvimento, torna-se indispensável capacitar técnica e politicamente os indivíduos inseridos no seu território de influência. Pretendem-se inicialmente com este artigo analisar a trajetória da relação entre a sociedade civil e o Estado e a postura estatal diante das demandas sociais. Num segundo momento busca-se enfatizar a necessidade da participação política para mudança do quadro social do território em foco, e em seguida pretende-se demonstrar a inserção da entidade mencionada e do Programa de Fortalecimento da Sociedade Civil por ela desenvolvido. Por último busca-se analisar a materialização das ações da entidade e do programa no contexto local/regional do recorte espacial em estudo. Vale ressaltar que estas análises são resultado de uma pesquisa de campo e documental fruto de um projeto de Iniciação Científica desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisa Território, Cultura e Movimentos Sociais da UNEB/Campus XI.

RELAÇÕES ENTRE E ESTADO A SOCIEDADE CIVIL: NOTAS INTRODUTÓRIAS

A história política nacional nos revela a tradição de um Estado brasileiro paternalista, verticalizado e excludente, onde as decisões eram tomadas em benefício dos interesses de uma minoria privilegiada. Um Estado marcado pelo tecnocratismo e por uma postura assistencialista, que se esforça na criação de políticas compensatórias, não instigando o desenvolvimento e limitando a participação dos indivíduos da sociedade civil.

O Estado brasileiro seguiu durante muito tempo uma trajetória de caráter intervencionista, especialmente quando se tratava de aspectos relacionados ao território. Esteve muito mais preocupado em atender demandas de cunho econômico em detrimento das questões sócio-ambientais, em especial na região Nordeste, considerada como atrasada em relação ao centro-sul do Brasil. Entretanto, as medidas tomadas e os projetos implantados visando promover o desenvolvimento do Nordeste não surtiram efeitos significativos, pois as políticas planejadas ainda possuíam um viés tecnocrático, autoritário e centralizador.

Contrapondo ao posicionamento do Estado, a sociedade civil iniciou um movimento de transformação, lutando pela efetivação e garantia dos direitos e demandas sociais, pois, segundo Albuquerque (2004, p. 18), na "ausência de canais de interlocução, emergem novos movimentos como organizadores destas novas e candentes demandas sociais". O movimento sindicalista, os partidos de esquerda marxista e a ação da Igreja Católica, subsidiaram a luta pela transformação da política e pelas questões sociais. Diversos atores uniram-se, reconhecendo-se como sujeitos ativos e não mais obrigados a submeter-se às imposições e manipulações dos representantes estatais (ALBUQUERQUE, p. 18, 2004).

Com efeito, a atuação organizada, a prática do diálogo entre a sociedade e o Estado, a construção de estruturas horizontalizadas, a descentralização política e a criação de ações que visaram atender as aspirações da coletividade foram aos poucos tornando-se mais comuns, em especial nos anos posteriores a Constituição de 1988. Isso só foi possível pela emergência de ação coletiva de uma gama diversificada de grupos, movimentos sociais, ONG's e inúmeras organizações que lutaram pela solução de graves problemas da sociedade brasileira, como a exclusão sócio-econômica, a luta pela cidadania e democracia, bem como o respeito as diferenças culturais e pela autonomia política de diversos segmentos sociais (SHERER-WARREN, 1999).

Especialmente no Território do Sisal, a luta coletiva de uma infinidade de atores sociais tornou-se, sem dúvida, uma demanda urgente e necessária para redefinição das bases de condução do território e das políticas de assistência a população, tendo em vista a realidade sócio-política característica do estado baiano.

Alguns estudos, a exemplo do trabalho de Santos (2007), vêm sinalizando a convergência entre a realidade do território do Sisal e o quadro mais geral da sociedade brasileira, demonstrando a ampliação do processo de mobilização, organização e participação da sociedade civil. Nesta perspectiva tem-se identificado o Movimento de Organização Comunitária (MOC) como uma entidade importante para o desenvolvimento do Território do Sisal, através de sua metodologia de trabalho, das atividades e ações desenvolvidas pelos os programas, em especial neste estudo, pelo Programa de Fortalecimento da Sociedade Civil. Os mecanismos adotados pela entidade para estimular e fortalecer a mobilização da sociedade civil para o exercício da participação nas políticas territoriais visando a construção de um novo modelo de sociedade tem se tornado fator relevante para construção de estruturas descentralizadas.

A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO

Teixeira (2001) define também a participação cidadã, reconhecendo-a como um processo de interação entre a sociedade, o Estado e as demais instituições, visando o fortalecimento da sociedade civil, por meio de uma atuação organizada dos seus indivíduos, grupos e associações.

A participação cidadã é hoje um processo em construção, "com demandas específicas de grupos sociais, expressas e debatidas nos espaços públicos e não reivindicadas nos gabinetes de poder, [...] articulando-se com reivindicações coletivas e gerais" (TEIXEIRA, 2001, p. 32). É uma forma de participação política bem articulada que insere diretamente os indivíduos nos assuntos relacionados a coletividade.

A ação dos indivíduos interferindo de forma consciente no território, revela-se como um importante fator da transformação da sociedade e busca de autonomia para gestão territorial. A tomada de consciência revela o caráter de engajamento cívico e a capacidade de identificar as demandas sociais que requerem soluções. Sobre a capacidade de gerir de maneira autônoma o território, Souza apoiando-se em Castoriadis diz que

a liberdade numa sociedade autônoma exprime por estas duas leis fundamentais: sem participação igualitária na tomada de decisões não haverá execução; sem participação igualitária no estabelecimento da lei, não haverá lei. Uma coletividade autônoma tem por divisa e por autodefinição: nós somos aqueles cuja lei é dar a nós mesmos as nossas próprias leis (CASTORIADIS, 1983, p. 22, apud SOUZA, 1995, p. 105).

A respeito desta questão o autor ratifica a idéia de que para se alcançar o desenvolvimento é imprescindível se conquistar primordialmente a autonomia. Assim, "uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território, catalisador de uma identidade cultural e ao mesmo tempo continente de recursos cuja acessibilidade se dá, potencialmente, de maneira igual para todos" (SOUZA, 1995, p. 106). Não se quer aqui defender uma sociedade ou um território que não possua poder, mas não se pode atingir a autonomia de gestão dos mesmos com a coexistência de estruturas centralizadoras, a exemplo do Estado como instância de poder que se posicione de modo vertical. Além disso o desenvolvimento territorial

deve possuir um caráter integrador, onde se considere as questões sócio-econômicas, culturais, ecológicas e políticas.

Nessa perspectiva, consideramos que a construção de processos participativos reforça a autonomia dos agentes territoriais, abrindo horizontes para que possam pensar e conduzir seus destinos. A noção de desenvolvimento atrela-se as possibilidades de construção de alternativas locais/regionais de atuação, que atendem, sobretudo, aos anseios e demandas concretas das comunidades territorializadas.

O MOC E SUA INSERÇÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL.

O Movimento de Organização Comunitária (MOC) é uma organização não governamental sediada no município baiano de Feira de Santana e que surgiu no final da década de 60, mais especificamente em 1967, um período crítico da ditadura e que enfrentou inúmeros problemas, como a forte repressão política e perseguição militar. Nasceu em meio a efervescência de movimentos sociais de esquerda que revelam o protagonismo da sociedade civil na luta pelas questões e demandas sociais não acessíveis a maior parte da população, que encontrava-se subjugada à dominação das elites governantes. Surge de certo modo como um movimento revolucionário e de engajamento político em busca de estratégias de transformação social e desenvolvimento regional.

Desde seu surgimento a entidade tem trabalhado na perspectiva do debate das questões sociais. A atuação do MOC tem proposto além de tudo o desenvolvimento do semi-árido de forma a garantir a sustentabilidade das comunidades atuais e das futuras gerações. A entidade tem concentrado esforços no fortalecimento da sociedade civil e das demais entidades e associações e movimentos para a criação de alternativas consciente que utilizem de maneira ecologicamente sustentável os recursos naturais do semi-árido. Tem trabalhado através dos diversos programas bases importantes para garantia da sobrevivência dos recursos naturais, desenvolvendo técnicas e trabalhando com uma metodologia que insere os agentes territoriais nas questões ligadas ao território e em especial nas atividades relacionadas ao campo tendo como princípio o uso da terra de forma a garantir a preservação ecológica ou minimizar os efeitos de destruição do meio.

Especialmente nos últimos tempos as questões ambientais vêm ganhando espaço no debate internacional. A preocupação crescente com a problemática ambiental e o crescimento econômico acelerado têm incitado a atuação de diversas representações da sociedade, desde pequenos grupos comunitários até grandes organizações não-governamentais. Este debate tem se intensificado devido às alterações globais ocorridas em nosso planeta, aliado aos estudos desenvolvidos nos centros de pesquisa espalhados por todo o planeta que comprovam o esfacelamento dos recursos ambientais devido a ação inconsciente e descontrolada do homem e a realização de encontros mundiais que discutem o agravamento dos problemas sócio-ambientais a exemplo do realizado em Estocolmo 1972, marco importante para o debate desta temática. A saída encontrada para maioria das questões está na sustentabilidade dos recursos ou no ecodesenvolvimento que propõe além de tudo,

um enfoque de planejamento participativo de estratégias de ação, adaptada a cada contexto sócio-cultural e ambiental, priorizando a consolidação e aprofundamento de uma cultura política democrática-participativa,

distribuição equitativa de “ter” e gestão “ecologicamente prudente” do ambiente. (CAPORAL, 1998, apud ZITZKE, 2002, p.176).

Em tempos que o debate ecológico ganha força, a entidade tem se preocupado em promover o desenvolvimento territorial de maneira integradora, e ecologicamente sustentável. A organização busca aliar o saber científico com ao saber popular das comunidades locais buscando inserir uma metodologia da agroecologia. As experiências são compartilhadas em diversas comunidades e direciona os trabalhos são direcionados com o propósito de desconstruir o imaginário depreciativo do semi-árido.

Ao longo dos quarenta anos de atuação do MOC, a entidade tem trabalhado junto às comunidades locais, criando alternativas que eliminem as ações discriminatórias e predatórias, promovendo a conscientização dos agentes territoriais no intento de preservar o meio. A exemplo, disso tem-se intensificado o debate a respeito da problemática das queimadas, do desmatamento, do uso desordenado de agrotóxicos e fertilizantes, da caça predatória e da mineração.

Portanto, as últimas décadas têm sido marcada pela construção de uma nova mentalidade à respeito do semi-árido, a busca da atuação organizada dos indivíduos, o reconhecimento dos cidadãos e de sua capacidade de produção, articulação e promoção da região tem sido foco central nas atividades desenvolvidas pelo MOC, tudo isso fruto do reconhecimento da necessidade de construção de um novo modelo de sociedade de bases enraizadas, sólidas e horizontalizadas, rompendo assim com o modelo assistencialista e paternalista. O reconhecimento, valorização e socialização das experiências de grupos e movimentos, associações tem tido um papel significativo para mudança do quadro social no recorte espacial em estudo.

O PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL: PRINCÍPIOS E METODOLOGIA

O Programa de Fortalecimento da Sociedade Civil é na realidade um subprograma integrante de um programa maior, intitulado de Políticas Públicas, que enfatiza a construção de políticas que visem uma melhor convivência com o semi-árido e busquem o desenvolvimento do Território através da mobilização e fortalecimento do poder de atuação das associações, entidades, grupos e da sociedade civil em sua totalidade. Integrar a ação dos indivíduos e promover a intercooperação entre os seguimentos da sociedade são também propostas do programa.

Qualificar as organizações da sociedade civil e interferir nas políticas para que se possa melhor conviver com o Semi-árido é a preocupação básica do Programa de Políticas Públicas. São organizações fortes, política e tecnicamente orientadas para a construção e implantação de políticas de convivência que podem modificar o quadro de miséria e de indignação que caracteriza muitas áreas do Semi-árido, justamente por desconhecer seus valores e desrespeitar suas possibilidades de tomar em suas mãos os destinos de suas vidas. (MOC, 2006.p. 52).

O MOC busca articular o Programa de Fortalecimento da Sociedade Civil com os demais programas desenvolvidos pela entidade elaborando estratégias de ação e formação política de

indivíduos da sociedade civil para que possam interferir de forma crítica nas políticas públicas no seu território. Assim,

de um modo geral, o Programa desenvolve ações de capacitação técnico-política de lideranças e dirigentes de entidades, grupos sociais e conselheiros para atuação nos diversos espaços de decisões políticas, numa perspectiva de convivência com o Semi-árido a partir da participação e controle social das políticas públicas setoriais. Presta serviços de assessoria e acompanhamento técnico-pedagógico às diretorias e coordenações de instituições e grupos (centrais de associações comunitárias, cooperativas, sindicatos e pólos sindicais, movimentos de jovens e de mulheres rurais, dentre outros) para implementarem práticas voltadas ao fortalecimento das identidades institucionais e melhor gestão dos seus processos sociais. (MOC, 2006, p. 53).

A formação dos indivíduos e representantes das entidades e organizações é imprescindível para mudança do quadro de hostilidade, outrora marcante no recorte espacial de abrangência e atuação da organização, marcado por altos índices de analfabetismo, concentração fundiária e de renda, desemprego, entre tantos outros problemas de cunho social que massacravam a população. Na hodiernidade, com a inserção de ações, programa e projetos que buscam viabilizar a sustentabilidade da região, o semi-árido baiano, tem demonstrado, que a natureza, que antes era a vista como a "madrasta" malvada, com efeito, não tem ônus algum sobre a situação. Tem se apontado que efetivamente, o problema do semi-árido, e do Nordeste em sua totalidade, é a forma como as políticas públicas de promoção da região estão sendo operacionalizadas e não a problemática do clima como se propagou. Uma forte mobilização da sociedade, no território do Sisal, demonstra que de posse das ações dos moradores desta região, devemos reconhecê-los não como condicionados pelo meio, ao contrário, como agentes da transformação da realidade.

É, pois na perspectiva de formação cidadã e fortalecimento das bases políticas de ação da sociedade que o programa aqui analisado tem proposto a mudança do quadro social adverso. Tem se buscado a construção de uma cultura de participação engajada, tendo em vista que se reconhece que os cidadãos são capazes de promover e articular suas ações direcionadas a construção de uma nova sociedade, de bases alicerçadas, onde se alvitra além de tudo a construção de relações horizontalizadas a partir do engajamento sócio-político dos cidadãos e a solução para problemáticas sociais, ambientais e econômicas.

O trabalho de formação política do programa permeia a implementação de diversas ações e atividades: reuniões de avaliação, oficinas, treinamentos, elaboração de projeto político e planejamento estratégico, encontros, seminários, cursos de capacitação, elaboração e gestão de projetos sociais, entre outras atividades que buscam a formação política dos indivíduos e reconstrução do desenho institucional.

RESULTADOS E MATERIALIZAÇÃO DO PROGRAMA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Diversos estudos desenvolvidos têm apontado o MOC, como um importante agente de transformação social do semi-árido da Bahia. Através dos projetos e programas, a entidade tem oferecido subsídios importantes na desconstrução do imaginário depreciativo da região,

inserindo aspectos valorativos e de reconhecimento dos indivíduos como cidadãos legítimos, dotados de capacidade de mobilização e atuação político-social.

Os resultados alcançados pelo Movimento de Organização Comunitária possuem um alcance prático com a aprovação de projetos e obtenção de recursos públicos e de organizações internacionais, para financiamento de ações e atividades tanto de formação e qualificação política, como de construção de objetos geográficos que influenciam diretamente a vida das populações. Os projetos aprovados pela organização demonstram uma capacidade de articulação de atores diferenciados, através da realização de parcerias com o INCRA, MDA/SDT, SETRAS/FAT, DNOCS, UNEB, UEFS e o CEFET⁴, dentre outras instituições e órgãos, destinados a assistência às associações comunitárias e sindicatos. Os recursos obtidos através dos projetos destinam-se ao fortalecimento da agricultura familiar, a capacitação de técnicos agrícolas, dirigentes sindicais, envolvendo uma dimensão técnica e uma dimensão política no processo formativo além de terem como princípio básico a sustentabilidade dos recursos naturais. Esta é inclusive, uma exigência dos financiadores, incorporar nas atividades desenvolvidas pelos diversos programas do MOC a concepção de utilização consciente do meio, garantindo pois para atuais e futuras gerações o direito de usufruto dos mesmos.

Essas e outras ações têm demonstrado que a capacitação política, o fortalecimento do poder de atuação da sociedade civil organizada e o engajamento social têm contribuído de maneira significativa para gestão do território. A inserção de atores locais gerindo, criando e monitorando as políticas públicas, revela o caráter protagonista da sociedade na mudança gradativa do quadro social, considerando a inserção da sociedade civil como fator preponderante de mudança da sociedade e de desenvolvimento. Não o desenvolvimento calcado em raízes puramente economicistas, que na realidade se resume muito mais ao crescimento econômico, e sim um desenvolvimento de maneira totalizante, de forma integral, que engloba em sua análise, os fatores culturais, sociais, ambientais e políticos. Ratificamos que ,

[...] o desenvolvimento precisa ser buscado pelos grupos locais/regionais, em função de suas necessidades e anseios, de forma que pode potencializar o uso dos recursos disponíveis numa escala intra-regional, e não em função de determinações externas. (SANTOS, 2007, p. 49).

A participação é tão importante porque permite que os agentes territoriais sejam capazes de gerir o território, conferindo-lhe autonomia e promovendo o desenvolvimento. Neste sentido, o MOC e Programa de Fortalecimento da Sociedade Civil, mais especificamente, têm se revelado como importante agente que contribui para a formação política dos indivíduos na perspectiva de atuação no território do Sisal. Os dados empíricos apotam a relevância da entidade, como sendo um agente significativo no processo de mobilização política e social, assumindo um papel de centralidade na estruturação do território do Sisal e contribuindo de forma expressiva para construção de um novo cenário político-social nesse recorte espacial do semi-árido baiano. Concomitantemente o Programa de Fortalecimento da Sociedade Civil se revela como uma experiência positiva de elaboração e gerência de políticas, descentralizadas e participativas salientando a necessidade de construção de um novo modelo de sociedade, em que

⁴ As siglas referem respectivamente: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial, Secretaria do Trabalho e Ação Social/Fundo de Amparo ao Trabalhador, Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, Universidade do Estado da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana e Centro Federal de Educação Tecnológica.

todas as esferas sociais possam refletir juntas sobre as temáticas que são de interesse da coletividade, o que possibilita a formação de uma democracia de fato e a possibilidade de reestruturação e sobrevivência do meio.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. Participação cidadã nas políticas públicas. In: FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER. **Participação Cidadã: Novos conceitos e Metodologias**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2004.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 10 ed.- São Paulo: Contexto, 2002.- (Temas atuais)

MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA. Disponível em: <<http://www.moc.org.br>> Acesso em 14 jan. 2008.

MOC. **Relatório Anual-2002**. Feira de Santana: MOC. 2003.

MOC. **Relatório Anual-2003**. Feira de Santana: MOC. 2004.

MOC. **Relatório Anual-2004**. Feira de Santana: MOC, 2005.

MOC. **Relatório Anual-2005**. Feira de Santana: MOC, 2006.

MOC. **Relatório Anual-2006**. Feira de Santana: MOC. 2007.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E de. Et al (orgs) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985.

TEXEIRA, Elenaldo Celso. As Dimensões da Participação Cidadã. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 26/27, p. 179-209, jan./dez. 1997.

_____. **Local e Global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, E. M. C. **Associativismo e territorialidade na Região Sisaleira da Bahia: relações com o desenvolvimento**. 295 f. 2007. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, Aracajú.

SHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

ZITZKE, Valdir Aquino. Educação Ambiental e Ecodesenvolvimento. **REV. ELETRÔNICA MESTR. EDUC. AMBIENT.**, Vol 09, p. 175 – 188, jul a dez de 2002.